



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO RIOPREVIDÊNCIA REALIZADA NO DIA 5 DE JULHO DE 2016

Ao quinto dia do mês de julho de dois mil e dezesseis, às dez horas e trinta minutos, reuniu-se o Conselho Fiscal do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência – na sua sede, à Rua da Quitanda número cento e seis, terceiro andar, Centro, Rio de Janeiro. Presentes os Senhores Conselheiros Reinaldo Cosme Bahia Ferreira, no exercício da Presidência, Esequias Gomes de Lima, no exercício de Secretário, e Antonio César Motta Carvalho, membro efetivo. Verificada a presença de quórum, instalou-se a reunião com a seguinte pauta: **Item Um. Aprovação dos Balancetes de Janeiro, Fevereiro e Março de dois mil e dezesseis. Item Dois. Auditoria de Benefícios.** O Presidente do Conselho Fiscal, Conselheiro Reinaldo Cosme Bahia Ferreira, deu as boas vindas a todos, e o Assessor de Governança Corporativa, Senhor Almério Valente Bernacchi, apresentou aos Conselheiros o Diretor de Seguridade, Senhor Reges Moisés dos Santos, e a Senhora Luana Abreu dos Santos Lourenço, responsável pela Relação com Investidores. A reunião iniciou-se com o **Item Um.** O Gerente de Controladoria, Senhor Milton Gusmão do Nascimento, apresentou os balancetes referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de dois mil e dezesseis, e sugeriu aos Conselheiros que as dúvidas fossem previamente encaminhadas à equipe do Rioprevidência por ocasião da consulta aos balancetes. O Senhor Milton do Nascimento informou que no ano de dois mil e dezesseis foi implantado o sistema SIAFI Rio, o qual ainda não está realizando os registros contábeis em sua totalidade. Segundo o Gerente de Controladoria, das vinte e nove demandas apresentadas à Controladoria Geral do Estado, quase todas foram atendidas. O Senhor Milton do Nascimento exibiu a evolução do ativo do Fundo Financeiro versus o déficit previdenciário no mês de março, e se

Folha 1 de 2

ofereceu para esclarecer quaisquer dúvidas dos Conselheiros. O Presidente do Conselho Fiscal colocou o item em votação e os Conselheiros presentes aprovaram os balancetes de janeiro, fevereiro e março de dois mil e dezesseis. O Conselheiro Esequias Gomes de Lima solicitou que constasse em ata que os documentos probantes relacionados à bem e clara exposição dos balancetes apresentados não foram manuseados. O Gerente de Controle Interno e Auditoria, Senhor José Roberto de Oliveira, falou da importância da análise dos balancetes pelo Conselho Fiscal da Autarquia, principalmente nesse momento conturbado por que passam a economia e a política brasileira e fluminense. O Conselheiro Antonio César Motta de Carvalho observou a redução das despesas do Fundo, e elogiou a importância do trabalho feito com as auditorias dos benefícios. **Item dois.** Diretor de Seguridade, Senhor Reges dos Santos se apresentou e passou aos dados da Auditoria de Benefícios: no ano de dois mil e doze foram realizadas a análise das Pensões Provisórias e a adequação do teto de pensões conforme a Emenda Constitucional número quarenta e um, de dois mil e três; nos anos de dois mil e treze e dois mil e quatorze, auditoria de Filhas Maiores; em dois mil e quinze, foi feita auditoria de Legatários; e em dois mil e dezesseis, cruzamento de bases de dados de pensão de Filhas Maiores e de cônjuges. De acordo com o Diretor de Seguridade, foram economizados até o momento trinta e dois milhões trezentos e quarenta e seis mil quinhentos e vinte e um reais mensais, com a suspensão de dez mil seiscentos e oitenta e nove benefícios indevidos. O Senhor Reges dos Santos esclareceu que em dois mil e doze ocorreu o fim das pensões provisórias, sendo algumas delas regularizadas, embora muitas não tivessem direito à habilitação. E que, a partir da publicação da Emenda Constitucional número quarenta e um, foi definido teto para as pensões, as quais foram ajustadas à legislação vigente. O Diretor de Seguridade informou que há um acordo de cooperação sendo negociado entre o Rioprevidência e o INSS, de forma a ampliar a base de dados para a verificação de possíveis irregularidades. O Senhor Reges dos Santos exibiu quadro com a evolução acumulada da economia na Folha de Pensão, realizada por meio de auditoria, no montante de um bilhão quinze milhões quinhentos e cinquenta mil reais até o mês de maio de dois mil e dezesseis. O Diretor de Seguridade passou aos dados de compensação previdenciária:

no mês de maio do corrente ano, o COMPREV arrecadou oito milhões cento e vinte mil reais, e o estoque acumulado totalizou cento e sessenta e sete milhões e seiscentos mil reais. O Senhor Reges dos Santos explicou que o estoque acumulado se tratava de crédito a receber do INSS, e que foi negociada quitação da dívida do INSS por meio do repasse ao Rioprevidência de cerca de cinquenta imóveis selecionados, ato que já foi aprovado por lei, e cuja avaliação está sendo realizada pela Procuradoria Geral do Estado. O Conselheiro Esequias de Lima indagou ao Diretor de Seguridade se os referidos imóveis seriam residenciais, e o Senhor Reges dos Santos respondeu que se tratam de imóveis residenciais e comerciais, e que só foram aceitos os que não estavam ocupados. O Diretor de Seguridade passou ao Panorama Geral de Pensão: o fundo tinha, em maio de dois mil e dezesseis, sessenta e nove mil duzentas e noventa e três pensões e oitenta e nove mil oitocentos e noventa e sete pensionistas, totalizando uma folha mensal de benefícios de pensão no valor de trezentos e um milhões de reais. Com relação às aposentadorias, o Senhor Reges dos Santos esclareceu que no mês de maio o Fundo tinha cento e sessenta e dois mil cento e quarenta aposentados, o equivalente a uma folha de benefícios no valor de novecentos e cinquenta a seis milhões setecentos e vinte mil reais mensais. Dessa forma, a folha total de benefícios alcançou o valor de um bilhão duzentos e cinquenta e sete milhões novecentos e setenta e oito mil quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos. A respeito da auditoria de benefícios, o Conselheiro Esequias de Lima perguntou se os pensionistas que tiveram seus benefícios irregulares suspensos devolveram os valores ao Erário. O Diretor de Benefícios respondeu que os valores não foram devolvidos. Entretanto, as falsas declarações dos pensionistas foram encaminhadas ao Ministério Público para fins de apuração de falsidade ideológica. A Agente de Conformidade da Diretoria de Investimentos, Senhora Juliana Chaves Monteiro, completou a apresentação explicando a diferença entre os Fundos Financeiro e Previdenciário, e as diferentes aplicações financeiras feitas para cada um deles. O Conselheiro Esequias de Lima perguntou se as aplicações poderiam ser feitas por meio de qualquer banco, e a Senhora Juliana Monteiro esclareceu que anualmente ocorre o credenciamento de seis instituições financeiras aptas a receberem aplicações financeiras do Rioprevidência. O

Senhor Almério Bernacchi informou que no website do Rioprevidência está contida toda a documentação necessária às demandas do Conselho Fiscal, e que a equipe do Rioprevidência está à disposição deste Conselho para esclarecimentos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, em comum acordo com os demais membros, encerrou a reunião, e eu, Esequias Gomes de Lima, lavrei a presente ata que será assinada pelos demais membros deste Conselho Fiscal.

Reinaldo Cosme Bahia Ferreira
Presidente do Conselho

Esequias Gomes de Lima
Primeiro-Secretário do Conselho

Antonio César Motta Carvalho
Membro